

O ENEM e suas repercussões no ensino de História na contemporaneidade: desafios a uma aprendizagem holística e não fragmentada

Isadora Fonseca Eugenio¹

Marina Gomes de Sousa da Costa

Orientadora: Vera Lucia Lins Sant'Anna²

Resumo

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem trazido muitas repercussões no âmbito educacional brasileiro. O presente artigo aborda suas implicações e consequências nas escolas públicas, desde o momento de sua implantação como método avaliativo para a inserção no ensino superior. Levantam-se, também, questões sobre o papel do docente diante desse novo método e sobre sua função perante a formação educacional de seus alunos, com um enfoque maior na disciplina da História.

Palavras-chave: Exame Nacional do Ensino Médio. Escola pública. História. Exames.

1 Introdução

No atual cenário educacional, diversas têm sido as mudanças ocorridas nas instituições escolares devido à introdução do ENEM como recurso para a entrada nas universidades públicas e privadas do Brasil. Esse novo método de avaliação acarretou transformações nas disciplinas escolares, atendendo à demanda exigida pelo exame, sobretudo na matéria de História, fragmentando-a e não abordando-a em sua totalidade, além do fato da exclusão do educando como agente histórico, isso porque a fragmentação da matéria não permite o estudo da História como um processo e sim como um relato de fatos.

Em decorrência das exigências colocadas pelo novo ENEM, a partir da

¹ Graduandas do Curso de História da PUC Minas(COREU)

² Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre em Educação e Doutora em Ciências da Religião.

análise de documentos oficiais executada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre o Ensino Médio e o exame, na dimensão de entender a realidade do trabalho docente no Ensino Médio, o presente artigo apresenta um estudo, ainda que breve, sobre as alterações e as repercussões que o ENEM introduziu nas instituições escolares públicas. Analisam-se, também, suas implicações, sobretudo nos trabalhos pedagógicos dos professores da disciplina de História.

Além disso, foi realizada uma pesquisa em uma Escola Pública, com o objetivo de estudar a repercussão causada pelo Exame Nacional do Ensino Médio. A instituição escolar pesquisada foi a Escola Estadual Henrique Diniz, localizada em Belo Horizonte. A pesquisa conta com as observações realizadas em salas de aula com alunos do ensino médio. Foi possível entrevistar os docentes e alunos e efetuar uma análise através da observação acerca da metodologia utilizada pelos professores e da ação dos alunos em relação ao ENEM.

Nesse contexto, no caso do Ensino Médio, o ENEM como política de avaliação tem servido para refletir mudanças no trabalho pedagógico dos docentes, que, por meio de mecanismos de resistência ou de defesa, legitimam o discurso oficial dessas políticas de avaliação.

1 ENEM: Uma abordagem sócio-histórica cultural

Grande parte das instituições de ensino superior em todo Brasil vêm adotando, nos últimos anos, a prova do ENEM como requisito para a inserção dos jovens em suas dependências, o que nos faz rebater este tema cada vez mais polêmico.

É sabido que o ENEM tem tido repercussões cada vez maiores no meio acadêmico como, por exemplo, em relação à sua aplicabilidade em razão de sua abrangência nas escolas públicas, à sua eficácia como método avaliativo, aos métodos adotados pelos professores em suas aulas (especificamente os da disciplina de História) diante do Exame, à recepção que o Exame tem perante os futuros estudantes universitários e ao fato de ser considerado um método excludente ou não.

É inevitável e essencial a exploração do tema diante do nosso atual contexto

histórico com relação à educação, que sofre várias intervenções e mudanças que afetam diretamente a vida de estudantes e professores. Podemos fazer com que haja uma maior valorização não só do professor como também da disciplina de História, que tem como um de seus objetivos a construção de uma consciência no cotidiano escolar do aluno como agente histórico.

Criado em 1998 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o ENEM é voltado para os alunos concluintes da Educação Básica, para os egressos desse nível de ensino e para aqueles que não concluíram o Ensino Médio e desejam obter a certificação.

O MEC elaborou o ENEM como uma forma de verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o Ensino Médio. Ele é dividido em quatro áreas de conhecimento, contendo 45 questões de múltipla escolha cada, e uma redação.

A prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias traz questões sobre as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. A de Ciências da Natureza e suas Tecnologias cobra conhecimentos de Química, Física e Biologia. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias envolve questões de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação. Já a prova de Matemática e suas Tecnologias tem questões de Matemática (Geometria e Álgebra).

A redação é avaliada por dois corretores que têm a função de atribuir uma nota de 0 a 1000, de acordo com as cinco competências avaliadas, que são: domínio da norma padrão da língua portuguesa; compreensão da proposta de redação; seleção e organização das informações; demonstração de conhecimento da língua necessária para argumentação do texto e elaboração de uma proposta de solução para os problemas abordados, respeitando os valores e considerando as diversidades socioculturais.

O candidato pode ter a redação zerada ou anulada pelos seguintes motivos:

- a) fuga total ao tema;
- b) não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- c) texto com até 7 linhas;

- d) impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação ou parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
- e) desrespeito aos direitos humanos;
- f) redação em branco, mesmo com texto em rascunho. (INEP - EDITAL Nº 01 - ENEM 2013)

Em 2012, o MEC modificou a correção da redação do ENEM e aumentou o número de avaliadores, para deixar o sistema mais rigoroso e evitar pedidos de revisão de nota na Justiça.

No que diz respeito à pontuação, o Exame adotou uma metodologia denominada Teoria da Resposta ao Item (TRI), que envolve Psicologia, Estatística e Informática, e garante que todas as provas do ENEM tenham o mesmo grau de dificuldade e possam ser comparadas.

Na TRI, o item (a questão) mede níveis de conhecimentos diferentes. Há perguntas fáceis, medianas e difíceis, com pontuações diferentes. Pessoas que acertam o mesmo número de questões não têm notas iguais, porque acertaram e erraram questões diferentes.

O Exame tem como objetivo avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para verificar o desenvolvimento de aprendizagem e das principais características relacionadas ao exercício pleno da cidadania. Além de alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b) estruturar uma avaliação da Educação Básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- c) estruturar uma avaliação da Educação Básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior.

A partir de 2009, então, o processo avaliativo passou a ser utilizado também

como recurso para o ingresso nas universidades públicas e privadas. Mudanças no exame foram efetuadas para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições de Ensino Superior (IES).

Respeitando a autonomia das universidades, a utilização dos resultados do ENEM para acesso ao ensino superior pode ocorrer como fase única de seleção ou combinado com seus processos seletivos próprios.

O ENEM foi aderido também aos programas governamentais, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudo parciais, de 50% e integrais a estudantes de baixa renda; o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que concede bolsas restituíveis a estudantes que não têm condições de pagar as mensalidades da graduação.

O FIES funciona como um empréstimo: o aluno completa o curso com bolsa e, depois de formado, paga a dívida ao governo, com juros mais baixos, de 3,4% ao ano. Há também o Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema criado pelo governo para selecionar alunos para as instituições públicas de ensino superior e o programa Ciência sem Fronteiras. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

2. O ENEM e suas repercussões no ensino da História nas escolas públicas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecidos pelo MEC são uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma escola e têm como finalidade o exercício da cidadania. Como é dito por Circe Maria Fernandes Bittencourt, em seu livro *"Ensino de História: fundamentos e métodos"*, no capítulo "História nas atuais propostas curriculares": "Para os currículos do Ensino Fundamental e Médio foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sob uma orientação internacional oriunda de pressupostos da Psicologia da Aprendizagem piagetiana." (BITTENCOURT, 2004, p. 103). Piaget parte do pressuposto de que a criança possui a capacidade de construir o conhecimento.

Para o Ensino Médio, os PCN mantêm um estudo da História organizado por temas.

Tem como preocupação maior aprofundar os conceitos introduzidos a partir das séries iniciais e ampliar a capacidade do educando para o domínio de métodos da pesquisa histórica escolar, reforçando o trabalho pedagógico com propostas de leitura de bibliografia mais específica sobre os temas de estudo e com a possibilidade de dominar o processo de produção do conhecimento histórico pelo uso mais intenso de fontes de diferentes naturezas. Não inclui, entre seus objetivos, a formação de "um historiador", mas visa dar condições de maior autonomia intelectual entre os diversos registros humanos, assim como aprofundar o conhecimento histórico da sociedade contemporânea. (BITTENCOURT, 2004, p. 118).

Os estudantes do nível em questão estão voltados para os vestibulares e, devido a isso, os PCN tiveram uma preocupação em abordar o conteúdo exigido pelos exames de inserção nas universidades. Ainda com Bittencourt (2004):

[...] sobre o ensino de História para o nível médio indicam o predomínio da organização de estudos históricos em conformidade com o programa dos exames vestibulares. Os livros didáticos, em sua maioria, são produzidos para atender a essa situação. Os exames vestibulares, por efetuarem uma seleção de alunos organizam seus programas de acordo com uma proposta conteudista e abrangente. As condições atuais de efetivação de proposta de ensino médio vinculam-se assim a mudanças tanto no próprio sistema seletivo para o ingresso no ensino superior como no complexo sistema de avaliação da escola. As condições atuais de efetivação de proposta de ensino médio vinculam-se assim a mudanças tanto no próprio sistema seletivo para o ingresso no ensino superior como no complexo sistema de avaliação da escola." (BITTENCOURT, 2004, p. 119-120).

Além dos temas abordados estarem diretamente vinculados aos conteúdos determinados no ENEM, há na educação uma fragmentação e simplificação dos conteúdos discutidos nas salas de aula. Essa fragmentação leva o aluno a crer que não há como contestar os fatos históricos e que a História não é um processo. Selva Guimarães Fonseca (2003), em seu livro "Didática e prática de ensino de História", diz que:

[...] ao contrário das universidades, via de regra nossas escolas são meros espaços de transmissão de uma ou outra leitura historiográfica que, fragmentada e simplificada, acaba muitas vezes impondo uma versão como sendo a verdade histórica sobre determinado temas. (FONSECA, 2003, p. 39).

Com a adoção do ENEM como método de inserção nas instituições de ensino superior, particulares e públicas, o ensino de História viu-se fragmentado pelas

temáticas adotadas pelo Exame. Os temas abordados pelo novo método incluem a História do Brasil, cujo foco é o período do Brasil República e, suas principais abordagens são República Velha, Era Vargas e Segundo Reinado. Já a História Geral, apesar de ser cobrada na prova, não é muito aprofundada, o que leva as escolas a investirem um maior tempo na História do Brasil, resultando em um aprendizado superficial com relação aos demais temas.

O problema de simplificar a História e não abordá-la como um todo faz com que os alunos pensem que não possuem a capacidade de alterar a sociedade em que vivem. Eles não se consideram sujeitos históricos ativos, nem mesmo cidadãos, já que estes são os que podem lutar para a legitimação dos seus direitos. Selva Guimarães Fonseca (2003) afirma:

A principal característica dessa história é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais são excluídos. A exclusão e a simplificação do conhecimento histórico escolar introjetam nos alunos a seguinte ideia: vocês não fazem história, nós não fazemos história. A história é feita por e para alguns, que não somos nós, são outros e são poucos. A principal consequência desse ensino é formar, nos alunos, já nas séries iniciais uma concepção autoexcludente da história. (FONSECA, 2003, p.90)

E conclui dizendo que:

Assim, a escola fundamental e média tenta se constituir como espaço de construção de saberes e práticas fundamentais, reconstruindo a passagem de libertação do homem: de súdito para cidadão. Somente o ensino de história comprometido com a análise crítica da diversidade da experiência humana pode contribuir para a luta, permanente e fundamental, da sociedade: direitos do homem, da democracia e da paz. (FONSECA, 2003, p. 96).

Logo, os docentes exercem uma função de passar o ensino da História (re)valorizado e que tenha conteúdo defendendo a totalidade da disciplina para que a mesma seja vista como processo perante os alunos. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2003), no capítulo "Por uma História prazerosa e consequente", do livro "História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas", dizem que: "É necessário, portanto, que o ensino de História seja revalorizado e que os professores dessa disciplina conscientizem-se em ajudá-los a compreender e – esperamos - a melhorar o mundo em que vivemos." (PINSKY, 2003, p. 22).

3 Uma reflexão frente à realidade vivenciada na prática do estágio

Realizamos um estágio de acompanhamento dos professores e de observação de suas aulas para estudantes do Ensino Médio na Escola Estadual Henrique Diniz, localizada no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, no período de 30 dias. Foi possível efetuar uma pesquisa acerca da metodologia utilizada pelos professores a partir da introdução do ENEM como prática avaliativa e de inserção nas universidades públicas e privadas. É perceptível uma mudança nos métodos de ensino utilizados desde a incorporação do Exame Nacional pelos docentes.

A implementação de avaliações externas, elaboradas com foco nas competências, como é o caso do ENEM, tem exigido uma nova ordem educacional, para a sua execução. Paralelamente, muitas são as críticas elaboradas por teóricos da educação em relação à forma como esses processos avaliativos são viabilizados, de forma exógena, com objetivos impostos de cima para baixo e metodologia que prioriza o quantificável. (SAUL, 2006).

Entre essas mudanças, inclui-se a fragmentação do conteúdo exposto em sala de aula, que, por sua vez, é voltado para atender à demanda exigida pelo método avaliativo. Além disso, há o aspecto referente à exclusão do estudante como agente histórico, isso porque a fragmentação da matéria não permite o estudo da História como um processo e sim como um relato de fatos. Como diz Edgar Morin em seu livro “Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios”:

A inteligência que só sabe separar reduz o caráter complexo do mundo a fragmentos desunidos, fraciona os problemas e unidimensionaliza o multidimensional. É uma inteligência cada vez mais míope, daltônica e vesga; termina a maior parte das vezes por ser cega, porque destrói todas as possibilidades de compreensão e reflexão, eliminando na raiz as possibilidades de um juízo crítico e também as oportunidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo. (MORIN, 2007, p. 19).

O professor fica limitado a repassar seus conhecimentos de acordo com as competências exigidas pelo ENEM, que se dividem em quatro áreas:

O novo ENEM, como o exame passou a ser chamado, avalia quatro áreas do saber: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas

tecnologias. (Professora A, 2011).

Ao analisar as práticas docentes, percebemos que houve uma alteração na maneira de ensinar e avaliar os alunos. Os professores da escola em questão aplicam prova escrita e trabalhos desenvolvidos durante o horário de aula. "Daí perceber o motivo de os professores tomarem o ENEM como exemplo de avaliação, pois tudo que possuem como concepção de avaliação se aproxima muito da política de aferição que o exame propõe". (Professora B, 2012)

Durante nosso período de acompanhamento na escola estadual, percebemos que o tempo oferecido pela instituição escolar para cada disciplina é insuficiente quando comparado ao volume de conteúdo a ser estudado, fazendo com que os professores não possam aprofundar a disciplina em questão, tornando-a superficial e escassa para a realização do Exame.

"Conforme informações do MEC, em 2008, das 20 escolas melhor colocadas no exame, 16 são privadas e localizadas no Sudeste, enquanto que, das 20 piores, 15 são públicas e estão no Norte e no Nordeste." (Professora A, 2011). A falta de tempo para executar uma aula aprofundada, a falta de estrutura por parte das escolas públicas e o desinteresse dos alunos provocam no professor um sentimento de frustração e de responsabilidade quando os mesmos não são aprovados.

Há uma perda da identidade e uma alienação do docente, já que ele se vê obrigado a seguir e cumprir as normas que o governo aplica através do ENEM.

Desse modo, o que se verifica é que à escola e, especialmente ao professor, é delegada a responsabilidade pela reversão dos possíveis resultados negativos dos seus alunos em um exame que, por ser centralizado nacionalmente, desconsidera o contexto e a realidade de cada instituição, comparando, objetivamente, escolas públicas e particulares, situadas nas diferentes regiões do país, com todas as peculiaridades a elas inerentes. (Professora A, 2011).

Com isso, concluímos, *a priori*, que é necessária uma reforma institucional e uma reforma de pensamento, como diz Edgar Morin:

A necessidade de uma Reforma de pensamento é muitíssimo importante para indicar que hoje o problema da educação e da pesquisa encontra-se reduzidos a termos meramente quantitativos: "maior quantidade de créditos", "mais professores", "mais informática". Mascara-se, com isso, a dificuldade-chave que revela o fracasso de todas as reformas sucessivas do

ensino: não se pode reformar a instituição sem ter previamente reformado os espíritos e as mentes, mas não se pode reformá-los se as instituições não forem previamente reformadas. (MORIN, 2007, p. 75).

Assim, acreditamos que a escola necessita dessas mudanças que objetivam a não fragmentar o ensino e sim a totalizá-lo, o que poderia levar os estudantes a se enxergarem como agentes históricos ativos e não passivos, podendo analisar a História como processo e não como fato isolado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo em pauta, foi possível verificar que, com a adoção do ENEM nas universidades, houve uma mudança no que diz respeito à forma como o conteúdo é abordado nas salas de aula.

De acordo com uma pesquisa realizada na Escola Estadual Henrique Diniz na qual estagiamos, notamos que, de fato, há uma priorização da matéria que é voltada para a realização do ENEM.

Os professores entrevistados, não só da disciplina de História, como também da área de exatas e biológicas, afirmaram que, apesar de terem programado aulas de diferentes conteúdos, os alunos do Ensino Médio exigem, *a priori*, aquele que é cobrado no Exame, já que os mesmos estão focados para se inserirem em uma instituição de ensino superior.

Esses fatores resultam em uma frustração por parte do docente, visto que, além do tempo de duração das aulas estipulado para cada disciplina ser relativamente curto, a matéria é dada de forma limitada e superficial.

Logo, pode-se perceber pelas pesquisas realizadas e nossos estudos que o ENEM é um exame que não se preocupa com as individualidades, tampouco com o contexto em que tudo se desenvolve. O governo está preocupado no maior empenho dos professores no que se refere ao desenvolvimento dos conteúdos apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A avaliação modifica a maneira de o professor ensinar, o docente fica limitado a ensinar somente o que o exame solicita. Dessa forma, tais mudanças têm provocado no ensino brasileiro uma onda de modificações que, entre outras

consequências, provocam a privatização de universidades, a perda de identidade do professor, o ranqueamento das escolas e das Instituições de Ensino Superior, como também muda concepções e paradigmas educacionais.

Ainda há muito que se caminhar para entender e compreender tanto o sistema quanto os impactos que esse tipo de exame trouxe para as instituições escolares. Percebe-se que as repercussões do ENEM foram visíveis no trabalho pedagógico.

A partir das análises realizadas na Escola Estadual Henrique Diniz, pode-se ver que tivemos um tipo de escola antes e outro tipo depois do exame educacional.

Acreditamos que só haverá uma mudança educacional, a partir do momento que essa se der na base estrutural da educação.

É necessária uma reforma em todas as disciplinas, abrangendo-as em sua totalidade, de maneira não superficial e limitada, colocando o docente como sujeito construtor da sociedade em questão. O governo também é um agente importante na reforma mencionada, uma vez que tem a grande função de investir numa educação de qualidade, além de valorizar a profissão do professor.

Abstract

The ENEM has brought many repercussions in the Brazilian education. This article will approach the implications and consequences of public schools, from the moment of its implementation as evaluation method for entering higher education. We will also approach issues about the role of the teacher in front of this new method and on its role towards the educational development of their students, with a greater focus on the discipline of History.

Keywords: ENEM. Public School. History. Exams.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História nas atuais propostas curriculares. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARNEIRO, Verônica Lima. **Políticas públicas educacionais e gestão do ensino médio no Brasil: o exame nacional de ensino médio - ENEM e suas implicações para o trabalho docente**. Pará. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0538.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Indicadores Consolidados** - Enem 2013. Disponível em: [Http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2013/indicadores_consolidados_dados_nacionais_estados_enem_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2013/indicadores_consolidados_dados_nacionais_estados_enem_2013.pdf). Acesso em: 31 out. 2013.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio** - Edital nº 01, 08 maio 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2013/edital-enem-2013.pdf. Acesso em: 11 Set. 2014.

MORIN, Edgar. A democracia cognitiva e a reforma do pensamento. In: MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. Os desafios do século XX. In: MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis. **Educação e complexidade**: Os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2007.

O QUE é o Enem: Entenda o que é o Exame Nacional do Ensino Médio e saiba como utilizá-lo para entrar na faculdade ou conseguir uma bolsa de estudos. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/enem/2012-06-21/o-que-e-o-enem.html> > Acesso em: 13 ago. 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

SAUL. A. M. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Claudene Souza da. **Estudo qualitativo sobre as mudanças que o ENEM** - exame nacional do ensino médio provocou nos trabalhos pedagógicos e metodológicos dos professores do ensino médio. **Espaço do Currículo**, v.4, n.2, p.186-196, set. de 2011 a mar. de 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ekUF6LRPp3UJ:periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/12335/7111+&cd=8&hl=en&ct=clnk&gl=ca>>. Acesso em: 01 nov. 2013.